

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA**  
**DISPENSA Nº 03/2025/CVMV/SRP/EXCLUSIVO**  
REGISTRO DE PREÇOS - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 77/2025/CVMV

**1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 A Câmara de Vereadores do Município de Vilhena, através da Agente de Contratação designada por força das disposições contidas na Portaria de nº 117/2022, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará CONTRATAÇÃO DIRETA, por DISPENSA DE LICITAÇÃO, do tipo **MENOR PREÇO**, tendo por finalidade a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2024, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Portarias internas nº 155/2023/CVMV, 158/2023/CVMV, e 072/2025/CVMV.

**1.2. ATENÇÃO: PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA** - A presente Dispensa Eletrônica é destinada exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, e equiparadas (ME/EPP/MEI), que explorem ramo de atividade compatível com o objeto, e que atendam às condições exigidas neste edital e seus anexos, na forma do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, do artigo 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015, da notificação recomendatória circular 055/2022/GPEPSO, emitido pelo Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, e na Portaria interna 155/2023, artigo 66.

DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA	
Data e horário da sessão	05 de março de 2025 - 9h às 15h / horário de Brasília
Plataforma eletrônica	www.licitanet.com.br
Objeto	SRP para Aquisição de Certificados e molduras
Valor total estimado:	R\$ 4.126,20

**2. DO OBJETO:**

1.2.2.1 Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para REALIZAR A **IMPRESSÃO DE CERTIFICADOS E FORNECIMENTO DE MOLDURAS**, para Homenagens e sessões solenes que serão realizadas durante o ano de 2025 pela CVMV, conforme especificações e condições constantes nos anexos deste aviso.

**3 FORMA, PRAZO, LOCAL E DEMAIS CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

3.1 Conforme estabelecido no **item 05** do Termo de Referência - Anexado ao final do edital.

**4 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA  
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

---

4.1 Poderão participar da Dispensa Eletrônica, a **ME, EPP, e MEI**, especializadas no ramo do objeto, e que satisfaça às exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos, e que estejam devidamente cadastradas junto à LICITANET – Licitações On-line ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

4.3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante em parte ou até a promulgação do vencedor.

4.4 A Câmara de Vereadores do Município de Vilhena não se responsabiliza por transações, acordos, adesões, ou qualquer tipo de contratado efetuado entre as empresas licitantes e a plataforma eletrônica *licitanet*.

## **5. DO CADASTRO DA PROPOSTA NA PLATAFORMA ELETRÔNICA “LICITANET”**

5.1 O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento na plataforma eletrônica ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

5.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica da plataforma eletrônica “LICITANET”, a proposta com a **descrição do objeto** ofertado, a **marca** do produto, quando for o caso, e o **preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento; Devendo a marca/modelo ser serviço com “SERVIÇO”, quando for o caso.

5.3 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

5.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

5.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada;

5.6 Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

5.7 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

5.8 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA  
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

---

5.9 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar aceitando o cumprimento do que tange a descrição da DECLARAÇÃO ÚNICA em campo próprio do sistema eletrônico;

5.10 O cadastramento do licitante junto a Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

5.11 Para que possam participar do presente pregão (Como ME-EPP-MEI), bem como gozar dos demais benefícios previstos nos capítulos V, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, é necessário que a microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) ou ainda o microempreendedor individual (MEI), no campo próprio trazido pelo sistema, manifestem cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

5.12 A Empresa deverá atender os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

5.13 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, **ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista**, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.14 A optante pelo simples nacional está vedada a utilização dos benefícios do Regime Tributário Diferenciado, conforme o Artigo 17, Inciso XII, e Artigo 30, inciso II da Lei Complementar nº 123 de 2006, em atendimento ao entendimento esposado pelo TCU no Acórdão 797/2011 (Plenário).

## 6. FASE DE LANCES

6.1 – A partir das 9h (horário de Brasília) da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso;

6.2 – Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

6.2.1 – O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário por item;

6.3 – O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema;

6.3.1 – O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo a disputa, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta;

6.3.2 – O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,10 (dez centavos).

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA**  
**PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN**

---

6.4 – Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema;

6.5 – Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta registrada;

6.6 – Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor;

6.7 – Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação;

6.7.1 – O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar;

6.7.2 – Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação;

6.7.3 – No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas;

6.7.4 – Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração;

6.7.5 – A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.6 – Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

6.8 – Estando o preço compatível será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance;

6.9 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10 – Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.10.2 – Contiver vícios insanáveis;

6.10.3 – Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.10.4 – Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.10.5 – Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.10.6 – Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.11 – Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance, nos termos seguintes:

6.12 – Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta;

6.13 – Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A mesma poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;

6.13.1 – O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.14 – Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

6.15 – Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade;

6.16 – Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

#### **6.17 DA ASSINATURA DA ARP e do CADASTRO RESERVA**

6.17.10 licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no aviso de Dispensa, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;

6.18 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do participante vencedor, na sequência da classificação do procedimento eletrônico, observadas as seguintes questões:

I - o registro a que se refere o § 4º deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 79, e no art. 84, todos deste Regulamento;

II - se houver mais de um licitante na situação de que trata o § 4º do caput deste artigo, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e

**III** - a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o § 4º do caput deste artigo, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

6.19 A recusa do adjudicatário em assinar a ata, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.

6.20 A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela Câmara de Vereadores, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

6.21 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços, nos termos do item 6.19, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.22 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

## **7. DESCLASSIFICAÇÃO e IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO**

**7.1 – SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE:**

- a)** Não atendam às exigências deste Termo e seus Anexos;
- b)** Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c)** Não atendam às características mínimas deste Termo de Referência.

**7.2 – Não poderão participar as empresas** enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a)** Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação; **b)** Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si; **c)** Que por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição; **d)** Empresas estrangeiras que não atenderem as exigências de habilitação, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado de Boas Práticas de Fabricação; **e)** Empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores da **Câmara de Vereadores, (e do Município de Vilhena,**) inclusive na condição de sócio ou dirigente; **f)** Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

## **8 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA FINAL e DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

8.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

<https://certidoes.cgu.gov.br>

8.2 Após as fases de lances e negociação, bem como após a aceitação do valor proposto no último lance, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, enviará de modo CONCOMITANTE, os documentos de habilitação, e a proposta final readequada, se for o caso.

8.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação, sob pena de inabilitação.

## **9. HABILITAÇÃO (QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA, e DECLARAÇÕES**

### **9.1 Deverão ser apresentados os seguintes documentos:**

- a)** Ato constitutivo, devidamente registrado na Junta Comercial competente, em se tratando de sociedades comerciais, a fim de comprovação do ramo de atividade.
- b)** Documento Oficial de identificação do proprietário, sócio, diretor, e, do representante legal da empresa.
- c)** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ
- d)** **Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal**, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.
- e)** **Certidão / prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual**, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.
- f)** **Certidão / Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal**, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.
- g)** **Certidão / Prova de Regularidade perante o FGTS**, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- h)** **Certidão Negativa de Débito Trabalhistas – CNDT**; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.
- i)** Certidão Negativa de Falência – Lei nº 11.101/05 (antiga falência e concordata) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias caso não conste o prazo de validade.
- j)** As declarações constantes acima poderão ser apresentadas de modo unificado (há modelo anexado ao final do edital), podendo também ser utilizado e entregue o modelo padrão constante na plataforma eletrônica “licitanet”, desde que ele contenha todas as exigências de declaração constantes neste edital.

**k)** Pelo menos 01 (um) Atestado de capacidade técnica, demonstrando sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o serviço a ser contratado.

**l)** O atestado de capacidade técnica poderá ser substituído por notas fiscais que comprovem fornecimento de objeto semelhante.

## **10 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1 Conforme critérios estabelecidos nos itens **6 a 10** do Termo de Referência, que trata: I - Da Ata de Registro de Preços; II - Do Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços; III - Da rescisão do Contrato; IV - Do acréscimo e redução do contrato, e V - Da transferência do Contrato.

## **11 DA GARANTIA DOS PRODUTOS**

11.1 A contratada deve oferecer uma garantia de serviço, que pode incluir a substituição de impressão e molduras que não atendam aos padrões de qualidade acordados.

## **12 DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1 Conforme previsão no **item 11** do Termo de Referência

## **13 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR E DA CONTRATANTE**

13.1 Conforme previsão nos **itens 13 e 14** do Termo de Referência

## **14 MECANISMO E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO**

14.1 Conforme critérios estabelecidos no **item 16** do Termo de Referência

## **15 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 Conforme o **item 17** do Termo de Referência

## **16 FONTE DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO**

16.1 Conforme o **item 18** do Termo de Referência - Anexo IV deste edital

## **17 PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTO:**

17.1 Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem/serviço objeto do Edital, nos termos previstos no Decreto Municipal nº 60.470/2023 e na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012.

17.2 **Em sendo o caso**, para fazer jus ao pagamento, o Contratado, ao emitir a **NOTA FISCAL** deve observar às disposições contidas nos Decretos do Município de Vilhena/RO, nº **60.340/2023** e nº **60.470/2023**, bem como na IN RFB nº 1234/2012, e no Recurso Extraordinário 1293453 julgado no STF, acerca da **RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA, ESPECIFICANDO O VALOR A SER RETIDO E A ALÍQUOTA CORRETA DO OBJETO CONTRATUAL FIRMADO**.

17.3 Serão aplicadas as demais disposições do **item 19** do Termo de Referência para os procedimentos de pagamento.

## **18 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

18.1 Conforme o **item 4.3** do Termo de Referência Anexado ao final deste Edital.



## 19 DISPOSIÇÕES FINAIS

- a. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão da ARP, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
- b. É facultado à Agente de Contratação, ou à autoridade superior competente, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
- c. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Agente de Contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação;
- d. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;
- e. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação;

## 20 ANEXOS

21.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I – Quadro contendo a média das cotações realizadas.

ANEXO II – Modelo de Carta Proposta.

ANEXO III - Modelo de Declarações

ANEXO IV - Termo de Referência - TR

ANEXO V - Minuta da ARP

## 21 DO FORO

21.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Vilhena/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a presente Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Vilhena/RO, 27 de fevereiro de 2025.**

*Edital elaborado por*

Isabela de Oliveira Santos

**Pregoeira** - Portaria interna 117/2022

ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA  
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

---

**ANEXO I**  
**MÉDIAS DOS VALORES OBTIDOS ATRAVÉS DE PESQUISAS NO PNCP/e outros**  
(Valor máximo a ser aceito)

Item	Especificação	Qtde	Marca/ Modelo	Valor und	Valor total
01	<b>IMPRESSÃO DE CERTIFICADO:</b> papel A4 Couchê, ou persa 180 gr, (colorido).	52	<b>SRV</b>	R\$ 5,37	R\$ 279,24
02	<b>MOLDURA PARA CERTIFICADO E DIPLOMAS:</b> Tamanho A4 - 21x30 cm. Medida Imagem: 21x30cm (A4) - Medida Total com a moldura: 25x34cm - Profundidade de 1cm - Vidro: 2 mm para beleza e proteção.	52	<b>UND</b>	R\$ 73,98	R\$ 3.846,96
<b>R\$:</b>				4.126,20	

ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA  
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

Apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

**ANEXO II**  
**MODELO DE CARTA PROPOSTA**

**PROPOSTA COMERCIAL**

NOME DA EMPRESA	
CNPJ	
TELEFONES	
E-MAIL	
ENDEREÇO	
NOME DO REPRESENTANTE	

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para REALIZAR A **IMPRESSÃO DE CERTIFICADOS E FORNECIMENTO DE MOLDURAS**, para Homenagens e sessões solenes que serão realizadas durante o ano de 2025 pela CVMV, conforme especificações e condições constantes nos anexos deste aviso.

Item	Especificação	Qtde	Marca/Modelo	Valor und	Valor total
01	<b>IMPRESSÃO DE CERTIFICADO:</b> papel A4 Couchê, ou persa 180 gr, (colorido).	52	<b>SRV</b>	R\$ 5,37	R\$ 279,24
02	<b>MOLDURA PARA CERTIFICADO E DIPLOMAS:</b> Tamanho A4 - 21x30 cm. Medida Imagem: 21x30cm (A4) - Medida Total com a moldura: 25x34cm - Profundidade de 1cm - Vidro: 2 mm para beleza e proteção.	52	<b>UND</b>	R\$ 73,98	R\$ 3.846,96
<b>Valor total</b>				<b>R\$ 4.126,20</b>	

**Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias**, contados da data limite para recebimento das propostas.

**Prazo de entrega dos serviços:** Conforme Termo de Referência.

**Declaramos**, sob as penalidades da lei que:

- 1) Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência;
- 2) Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do pertinente Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente Contratação Direta;
- 3) Que cumprimos plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos;
- 4) Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

**ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA  
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN**

---

Local e data

---

Assinatura do representante legal da empresa e Carimbo do C.N.P.J.

ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA  
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

---

(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA**  
**REFERENTE À DISPENSA ELETRÔNICA 03/2025/CVMV**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, com sede no endereço \_\_\_\_\_, DECLARA SOB AS PENAS DA LEI, que:

**INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**

Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo, e estou ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES**

Declaro que não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA/EPP**

DECLARO, que estamos enquadrados sob o regime de **MICROEMPRESA**, para o disposto na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e LC 147/14 art. 43;

**DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE EDITAL E HABILITAÇÃO**

DECLARO estar ciente e de acordo com os termos e condições contidas no edital e seus anexos, e que a empresa se encontra em situação regular perante a Fazenda, Seguridade Social– INSS e com o FGTS, atende às exigências do edital relativas a habilitação jurídica, qualificação técnica econômico-financeiro e que cumpre plenamente a todos os requisitos de habilitação previstos no edital e seus anexos.

**DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI/MANTÉM VÍNCULO COM A CVMV**

Declaro que não possuímos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e não existe relação conjugal, de companheirismo ou parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE E VERACIDADE DA DOCUMENTAÇÃO**

A empresa assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados na presente licitação.

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

DECLARO, para fins desta licitação, que a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, e que comunicará qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA  
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

---

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E DISPONIBILIDADE DE OBJETO**

DECLARO, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que teremos a disponibilidade, caso venha vencer o certame, e entregará os itens licitados nos prazos e/ou condições previstas no edital e termo de referência.

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGO (SE FOR O CASO)**

Com vistas a atender o artigo 63, IV da Lei 14.133/21, DECLARO que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Declaração exigida em caso de enquadramento definido no artigo 93 da lei 8.213/93)

**DECLARAÇÃO DE QUE A PROPOSTA COMPREENDE TODOS OS CUSTOS TRABALHISTAS**

Declara que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

.....  
Cidade, Data, Nome e assinatura do Representante legalCNPJ DA EMPRESA